

A PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO SOBRE A FORMAÇÃO PROFISSIONAL EM SERVIÇO SOCIAL: AS TENDÊNCIAS EXPLICATIVAS SOBRE A PROFISSÃO

KNOWLEDGE PRODUCTION ON SOCIAL SERVICE FORMATION: EXPLANATIONS
ABOUT THE PROFESSION

LA PRODUCCIÓN DE CONOCIMIENTO SOBRE LA FORMACIÓN PROFESIONAL EN
TRABAJO SOCIAL: TENDENCIAS EXPLICATIVAS SOBRE LA PROFESIÓN

Lorena Ferreira Portes

Docente do Departamento do Curso de Serviço Social da Universidade Estadual de Londrina-Pr. Doutora em Serviço Social e Política Social. Coordenadora do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Formação Profissional em Serviço Social- GEPFOR.

E-mail: melissaportes2010@gmail.com

Melissa Ferreira Portes

Docente do Departamento do Curso de Serviço Social da Universidade Estadual de Londrina-Pr. Doutora em Serviço Social e Política Social. Coordenadora do Colegiado do curso de Serviço Social da Universidade Estadual de Londrina. Coordenadora do Grupo de Pesquisa e Estudos sobre Formação e Trabalho Profissional- GEFORT.

E-mail: melissaportes2010@gmail.com

RESUMO

Esse artigo tem por objetivo apresentar o resultado parcial da primeira fase de pesquisas de dois grupos que estudam a formação profissional. Os resultados se referem ao primeiro passo metodológico delineado pela revisão de literatura. O levantamento da produção de conhecimento teve como critério as publicações dos periódicos da área do Serviço Social, com qualis A1, A2, B1 e B2, no período de 2000 a 2017. Identificou-se que somente 6,08% das publicações discorrem sobre a formação profissional e que destas, 26,86%, apresentam uma concepção de profissão. Sobre a concepção há o predomínio de duas tendências explicativas, referenciadas em Netto e Yamamoto.

Palavras-chave: Serviço Social, Formação Profissional e Concepção de Profissão.

ABSTRACT

The objective of the following paper is to display the partial result of the first research phase of two groups that study professional formation. The results refer to the first methodological step outlined by the literary review. The criteria for gathering knowledge production information was based on Social Work publications classified by CAPES (Higher Education Personnel Improvement Department) as A1, A2, B1, B2 from 2000 to 2017. The study showed that 6,08% of the publications are about professional formation and among them, 26,86% display a concept for profession. Such concept has two main explanations mentioned by Netto and Yamamoto.

Keywords: Social Service, Professional Formation and Concept for Formation.

RESUMEN

El objetivo de este trabajo es presentar resultados parciales de la primera fase de investigación de dos grupos dedicados al estudio de la formación profesional. Los resultados remiten al primer paso

A produção de conhecimento sobre a formação profissional em Serviço Social: as tendências explicativas sobre a profissão

metodológico, definido por la revisión de la literatura. La recolección de datos sobre la producción de conocimiento se hizo en publicaciones periódicas del área de Trabajo Social, específicamente aquellas clasificadas como A1, A2, B1, B2 por CAPES (Coordinación para el Perfeccionamiento del Personal de la Educación Superior), publicadas entre 2000 y 2007. Se constató que solo el 6,08% de las publicaciones se dedican a la formación profesional y que, además, solo el 26,86 de ellas presentan un concepto de profesión. En los conceptos expuestos, predominan dos tendencias explicativas, mencionadas en Netto e Iamamoto.

Palabras-clave: Trabajo Social, Formación Profesional, Concepto de Profesión.

INTRODUÇÃO

É consensual o reconhecimento de que o Serviço Social é uma profissão e uma área do conhecimento das ciências sociais aplicadas, reconhecida pelas agências de regulação e fomento à pesquisa e pós-graduação, considerando a legitimidade de sua produção acadêmica-científica.

Enquanto área de conhecimento, a profissão reforça uma dimensão investigativa a partir de um patrimônio intelectual, teórico-prático, ético e político acumulado no processo de renovação do Serviço Social brasileiro, sobretudo a partir da intenção de ruptura no final da década de 1970.

A maturidade intelectual se consolida na medida em que a profissão, ao ser reconhecida pela sua natureza interventiva e analítica, desenvolve uma densidade teórica através da pesquisa e da produção de conhecimento para analisar a realidade social, suas contradições, os processos sócio-políticos e as determinações sócio históricas. Analisa também as respostas profissionais construídas para enfrentar as demandas socialmente postas no cotidiano profissional.

A produção de conhecimento acumulada nas últimas décadas apresenta uma diversidade de temas que têm sido problematizados tomando como referência a realidade social e os fenômenos sociais, o trabalho e a formação profissional.

No Relatório da Avaliação Quadrienal da CAPES de 2017 na área de Serviço Social, identifica-se que um processo de expansão da Pós-graduação brasileira. Em 2016 a área apresentava 34 Programas de Pós-graduação em funcionamento (sendo 02 da Economia Doméstica), distribuídos espacialmente: 12 na região Sudeste (36,4%), 11 na região Nordeste (33,3%), 05 na região Sul (15,2%), 03 Programas na região Centro-Oeste (9%) e 02

estão na região Norte (6%). Assim, 69,7% dos Programas se concentram nas regiões sudeste e nordeste.

De acordo com o Relatório, prevalece na formação de pós-graduação em Serviço Social, a liderança das Universidades Públicas (78,8%), seguida das universidades comunitárias (14,7%), com pouca expressividade de instituições privadas (2,9%) em uma tendência inversa à detectada na graduação. Das instituições públicas, 18 são Universidades Federais e 08 Universidades Estaduais (24,2%).

Destaca-se a expansão nas Universidades estaduais (passou de 3 Programas em 2010 para 8 em 2016 – um crescimento de 266%) e redução de Programas em Universidades privadas (registra-se ainda a mudança de área do Programa de Política Social da UCSAL). Das 6 instituições privadas, 5 são comunitárias (4 PUCs e 1 Universidade Católica - UCPEL) e uma é sem fins lucrativos (EMESCAM). Em 2016, a área 32 contava com 18 cursos de doutorado (PUC/RS, PUC/SP, PUC/Rio, UFMA, UFRJ, UFPE, UnB, UNESP, UERJ, UFPE, UFF, FUFPI, UFES, UFV, UEL, UFSC, UCPel, UFRN e UFPA) e 34 cursos de mestrado, todos acadêmicos.

A situação dos Programas de Pós-graduação em relação à área básica, em 2016, é a seguinte: 23 em Serviço Social (67,6%); 06 em Política Social (17,6%); 03 em Políticas Públicas (8,8%), e 02 em Economia Doméstica (5,9%). A exceção dos 2 Programas de Economia Doméstica, todos os 32 Programas de Pós-graduação guardam interlocução com o objeto do Serviço Social e suas interfaces com a política social e as políticas públicas. Em sua composição, os 32 Programas possuem docentes graduados ou com Doutorado em Serviço Social (49,4%).

Entre as áreas básicas dos programas, destaca-se a produção a respeito da Formação Profissional, a partir de linhas de pesquisa específicas. O estudo sobre a formação profissional tem se mostrado cada vez mais relevante se for considerado o contexto precarizado do ensino Superior, a mercantilização da educação, a expansão dos cursos na modalidade à distância, o sucateamento das universidades públicas e as ameaças a um projeto de formação crítica, qualificada e problematizadora.

Em consulta no Diretório dos Grupos de Pesquisa no Brasil encontrou-se doze (12) grupos de pesquisa que abordam a formação profissional em Serviço Social. Destes grupos, dois pela Universidade Estadual de Londrina- PR (UEL), e um em cada uma destas

instituições de ensino: Universidade Federal do Triângulo Mineiro- UFTM, Universidade Estadual Paulista- UNESP, Universidade Federal do Tocantins- UFT, Universidade Federal do Pará- UFPA, Universidade Federal do Sergipe- UFS, Universidade Federal do Rio Grande do Sul- UFRGS, Universidade do Estado de Minas Gerais- UEMG, Universidade Federal do Pampa- UNIPAMPA, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul- PUCRS e Universidade Federal de Ouro Preto- UFOP. Geograficamente há a concentração de grupos de estudos e pesquisas nos estados do Rio Grande do Sul (3), Minas Gerais (3) e Paraná (2).

Discutir e mapear uma certa produção acadêmica num determinado campo de conhecimento permite destacar e analisar, em diferentes momentos históricos, as condições em que essa produção tem sido produzida assim como identificar as tendências das mesmas.

Esse artigo tem por objetivo apresentar o resultado parcial da primeira fase de duas pesquisas que estão sendo desenvolvidas em uma Universidade Estadual do Estado do Paraná. São dois grupos de pesquisa que desenvolvem uma pesquisa cruzada por terem a mesma base empírica, e que têm como objeto de estudo a formação profissional.

O percurso metodológico construído pelos grupos de pesquisa foi constituído de três passos: revisão de literatura, pesquisa documental e pesquisa de campo envolvendo sujeitos.

Os resultados socializados nesse artigo se referem ao primeiro passo metodológico delineado, que é a revisão de literatura através do levantamento da produção de conhecimento do Serviço Social sobre Formação Profissional, buscando identificar como tal formação vem sendo debatida e compreendida e evidenciar as tendências expressas na formação profissional em relação ao ensino do trabalho profissional.

Na revisão de literatura elencou-se como critério de escolha os artigos publicados nos periódicos da área do Serviço Social, com classificação CAPES- Qualis A1, A2, B1 e B2, totalizando 10 (dez) periódicos. Tomou-se como referência o período de 2000 a 2017. O período de levantamento da produção de conhecimento foi de julho de 2017 a janeiro de 2018.

Para a concretização desse primeiro passo metodológico, foram definidos os eixos descritores para direcionar as buscas a serem analisadas no momento da leitura dos artigos. Os descritores definidos foram a formação profissional, o trabalho e o exercício profissional e o estágio e supervisão.

A leitura na íntegra dos artigos localizados sobre a formação profissional em Serviço Social pautou-se em 5 (cinco) eixos descritores definidos a partir dos objetivos construídos pelas pesquisas em curso que são a concepção de profissão, a concepção de formação profissional, o ensino do trabalho profissional, o estágio supervisionado e a supervisão de estágio.

Nesse ensaio será apresentada a sistematização relacionada à concepção de profissão identificada na produção de conhecimento.

LEVANTAMENTO DOS PERIÓDICOS SELECIONADOS E DOS ARTIGOS ENCONTRADOS SOBRE A FORMAÇÃO PROFISSIONAL

A partir dos procedimentos metodológicos da pesquisa apresentados na introdução deste artigo, parte-se para a exposição dos periódicos selecionados e da produção encontrada sobre a temática da formação profissional.

Tabela 1: Periódicos e quantitativo de artigos publicados sobre formação profissional

Periódico	Qualis	Número de artigos publicados no período	Número de artigos localizados sobre formação profissional
Serviço Social & Sociedade- (Cortez)	A1	535	56 (10,46%)
Argumentum (UFES)	A2	179	6 (3,35%)
Temporalis (ABEPSS) até 2016	B1	298	85 (28,52%)
Katálysis (UFSC) Até 2016	A1	402	28 (6,97%)
Textos e Contextos (PUCRS)	A2	405	7 (1,72%)
Emancipação (UEPG)	B2	279	5 (1,80%)

A produção de conhecimento sobre a formação profissional em Serviço Social: as tendências explicativas sobre a profissão

SER Social (UNB)	A2	234	2 (0,85%)
Em Pauta (UERJ)	A2	221	5 (2,26%)
O Social em Questão (PUC-RJ)	B1	312	3 (0,96%)
Revista de Políticas Públicas- (UFMA)	A2	372	0 (0%)
Total de artigos		3.237	197 (6,08%)

Fonte: dados sistematizados com base no levantamento da produção de conhecimento.

Diante dos dados apresentados pode-se considerar que a temática da formação profissional não tem recebido muita expressividade nas publicações dos períodos pesquisados. De 3.237 artigos publicados durante o período de 2000 a 2017, apenas 197, ou seja, 6,08% abordam tal temática. Destaca-se um periódico, a Revista Temporalis, seguida das revistas Serviço Social e Sociedade e Katálysis.

A Revista Temporalis, que apresentou 28,52% de suas publicações sobre formação profissional foi criada em 2000 e editada pela Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social- ABEPSS, que se destina a publicar trabalhos científicos sobre temas atuais e relevantes no âmbito do Serviço Social, áreas afins e suas relações interdisciplinares. É justificada esta revista apresentar o maior número de artigos sobre formação profissional, uma vez que a edição da revista é realizada pela entidade acadêmica científica que coordena e articula o projeto de formação em Serviço Social no âmbito da graduação e pós-graduação.

É oportuno reforçar que a Revista Serviço Social & Sociedade, criada em 1979, sendo a primeira revista de circulação nacional na área do Serviço Social, constitui-se como um dos mais importantes periódicos de consulta de profissionais, estudantes e pesquisadores. Ela tem por objetivo dar visibilidade à produção acadêmica e profissional de assistentes sociais e pesquisadores de áreas afins, e apresentou 8,04% de publicações sobre a temática da formação profissional.

A Revista Katálysis, editada pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e pelo Curso de Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina, tem o objetivo de publicar produções científicas atuais e relevantes relacionadas ao

Serviço Social, abrangendo temáticas das Ciências Sociais Aplicadas, Ciências Humanas, política social, trabalho, questão social e saúde pública.

Através dos dados levantados torna-se necessário repensar a relevância que a formação profissional tem na produção de conhecimento da área e na importância de se alargarem as pesquisas e os debates sobre uma temática fundamental tanto na formação graduada quanto na pós-graduada em Serviço Social.

Selecionados os artigos que tinham como objeto de estudo a formação profissional, buscou-se identificar os artigos que, ao discorrem sobre a formação, apresentavam uma concepção de profissão. Conforme indicado na introdução, a leitura na íntegra dos artigos localizados sobre formação profissional pautou-se em 05 (cinco) eixos descritores definidos a partir dos objetivos construídos pelas pesquisas em curso que abrangem a concepção de profissão, a concepção de formação profissional, o ensino do trabalho profissional, o estágio supervisionado e a supervisão de estágio. Em cada eixo descritor identificado, buscou-se evidenciar a concepção apresentada nas produções, os autores e as obras tomadas como referência.

No eixo de concepção de profissão, buscou-se levantar o que se entende por profissão e como a profissão é apresentada, reconhecida e explicada. Em relação a esse eixo, apresenta-se o seguinte mapeamento:

Tabela 2: Periódicos e quantitativo de artigos que apresentam concepção de profissão

Periódico	Número de artigos localizados	Número de artigos que apresentaram uma concepção de profissão
Serviço Social & Sociedade- (Cortez)	56	13 (30,23%)
Argumentum (UFES)	6	5 (83,33%)
Temporalis (ABEPSS)	85	19 (22,35%)
Katálisis (UFSC)	28	20 (71,43%)
Textos e Contextos (PUCRS)	7	1 (14,28%)
Emancipação (UEPG)	5	1 (20%)
Ser Social (UNB)	2	1 (50%)
Em Pauta (UERJ)	5	1 (20%)

A produção de conhecimento sobre a formação profissional em Serviço Social: as tendências explicativas sobre a profissão

O Social em Questão (PUC-RJ)	3	1 (33,33%)
Revista de Políticas Públicas- (UFMA)	0	0 (0%)
Total de artigos	197	62 (31,47%)

Fonte: dados sistematizados com base no levantamento da produção de conhecimento.

Como se pode evidenciar, dos 197 (cento e noventa e sete) artigos identificados que apresentam uma discussão sobre formação profissional, 62 (sessenta e dois) apresentam uma concepção de profissão, ou seja, 31,47%. Os demais artigos discutem a formação profissional sem partir de uma concepção de profissão.

AS TENDÊNCIAS IDENTIFICADAS SOBRE A CONCEPÇÃO DE PROFISSÃO

Como já apresentado, o processo de construção da pesquisa, particularmente no levantamento da bibliografia e na leitura dos artigos identificados, teve cinco eixos descritores que nortearam o processo. Sobre o primeiro - concepção de profissão, identificou-se 7 (sete) tendências que se fizeram presentes na concepção e apresentação da profissão, quais sejam: 1) inserção na divisão social e técnica do trabalho e significado social da profissão: pelo reconhecimento do Serviço social como trabalho; estatuto do assalariamento; o Serviço Social na produção e reprodução das relações sociais e o significado social da profissão; 2) emergência e institucionalização da profissão: pelo contexto de emergência profissional nos marcos do capitalismo monopolista, considerando a profissão como um produto sócio histórico; 3) dimensões constitutivas da profissão que é a afirmação de que a profissão é constituída de uma dimensão teórico-metodológica, uma dimensão ético-política e uma dimensão técnico-operativa; 4) viés ídeo-político que acontece através da direção social da profissão, dos valores éticos e políticos e da afirmação do projeto ético-político da profissão; 5) objeto de intervenção: através do seu objeto de intervenção: a “questão social”; 6) atribuições, competências e requisitões profissionais que acontecem pela inserção profissional nos espaços sócio ocupacionais, pela intervenção na execução, gestão, avaliação e monitoramento dos serviços sociais na perspectiva dos direitos sociais e pelo marco jurídico normativo da profissão, particularmente pela Lei que regulamenta a profissão (Lei 8.663/93); 7)

natureza interventiva e analítica da profissão que se dá pelo reconhecimento da dupla natureza da profissão que é interventiva e analítica.

Destas tendências, duas se destacaram, ou seja, foram mais utilizadas na apresentação de uma concepção de profissão: a) emergência e institucionalização da profissão, tendo como autor de referência, José Paulo Netto; b) inserção na divisão social e técnica do trabalho e significado social da profissão, tendo como autora de referência, Marilda Iamamoto.

Nesse sentido, é possível identificar, a partir da leitura dos artigos, que a profissão de Serviço Social é explicada pela sua gênese e institucionalização no Brasil, reafirmando a tese de Netto de que a profissionalização do Serviço Social não se relaciona com a evolução da ajuda e da racionalização da filantropia, mas vincula-se à dinâmica da ordem monopólica. Esta ordem instaura um espaço determinado na divisão social e técnica do trabalho, propiciando a profissionalização do Serviço Social que tem sua base nas modalidades através das quais o Estado burguês se enfrenta com a “questão social”, tipificadas nas políticas sociais. Assim, está posto o mercado de trabalho para o assistente social, sendo um dos agentes executores das políticas sociais (NETTO, 2011).

Para Netto, as políticas sociais constituem-se como elemento fundamental na “refuncionalização” do Estado burguês.

É somente nestas condições que as sequelas da ‘questão social’ podem tornar-se objeto de uma intervenção contínua e sistemática por parte do Estado. É só a partir da concretização das possibilidades econômicas-sociais e políticas segregadas na ordem monopólica (concretização variável do jogo das forças políticas) que a ‘questão social’ se põe como alvo de ‘políticas sociais’ (NETTO, 2011, p.29).

Dessa forma, as políticas sociais do Estado burguês, no capitalismo monopolista, têm sua funcionalidade evidenciada no processo de preservação e controle da força de trabalho.

A tese do sincretismo também é apresentada e explicada por Netto, quando adverte que a estrutura sincrética do Serviço Social (teórica e prática) se revela em seu processo de gênese e institucionalização.

A produção de conhecimento sobre a formação profissional em Serviço Social: as tendências explicativas sobre a profissão

O sincretismo nos parece ser o fio condutor da afirmação e do desenvolvimento do Serviço Social como profissão, de seu núcleo organizativo e de sua norma de atuação. Expressa-se em todas as manifestações da prática profissional e revela-se em todas as intervenções do agente profissional como tal. O sincretismo foi um princípio constitutivo do Serviço Social (2011, p. 88).

Para o referido autor, três vetores constituem a estrutura sincrética da profissão: o universo problemático que se lhe apresentou como eixo de demandas histórico-sociais, o horizonte de seu exercício profissional e a sua modalidade específica de intervenção.

A segunda tendência destacada tem na produção de Iamamoto o seu alicerce. O primeiro aspecto desta tendência é reconhecer o assistente social como um trabalhador assalariado, que vende sua força de trabalho em troca de um salário. Parte-se da afirmação de que o “significado sócio histórico do trabalho profissional só é desvendado a partir de sua inserção na sociedade, visto que o Serviço Social se afirma como uma instituição peculiar na e a partir da divisão do trabalho” (IAMAMOTO, 2007, p. 88).

O segundo aspecto diz respeito à tese central de Iamamoto que é explicar a profissão pelo seu significado social na sociedade capitalista, situando-a como um dos elementos que participa da reprodução das relações sociais, mediatizada pelos serviços sociais prestados através de aparatos institucionais aos quais se vincula o profissional por meio de um contrato de trabalho, enquanto um dos participantes da implementação de políticas sociais (IAMAMOTO, 2009). Neste caminho, a profissão é polarizada pelos interesses das classes em luta, considerando que,

Reproduz também, pela mesma atividade, interesses contrapostos que convivem em tensão. Responde tanto às demandas do capital como do trabalho e só pode fortalecer um ou outro polo pela mediação de seu oposto. Participa tanto dos mecanismos de dominação e exploração como, ao mesmo tempo e pela mesma atividade, da resposta às necessidades de sobrevivência da classe trabalhadora e da reprodução do antagonismo nesses interesses sociais, reforçando as contradições que constituem o móvel básico da história (IAMAMOTO, 2009, p. 75)

Destaca-se ainda, no aspecto do significado social, o cunho socio educativo ou ressocializador da profissão, voltado para “as mudanças na maneira de ser, de sentir, de ver e agir dos indivíduos, que busca a adesão dos sujeitos” (IAMAMOTO, 2009, p. 114). Nessa perspectiva a ação educativa se expressaria tanto numa direção de coerção e integração social e na difusão da ideologia dominante para a classe trabalhadora, quanto

numa direção alternativa àquela proposta pelos setores dominantes para a intervenção técnica, pois

[...] trata-se de, a partir do jogo de forças sociais presentes nas circunstâncias de seu trabalho, reorientar a prática profissional a serviço dos interesses e necessidades dos segmentos majoritários da população (...) onde o profissional se coloque a serviço de um outro projeto de classe (IAMAMOTO, 2009, p. 121).

Diante do exposto, faz-se necessário, ao nosso ver, trazer alguns apontamentos e questionamentos sobre as afirmações de Iamamoto, considerando o momento histórico em que tais afirmações foram construídas, mas, também, elucidar questionamentos com a finalidade de ampliar a compreensão sobre a profissão e alimentar o debate contemporâneo.

Ao argumentar e discorrer sobre o significado social da profissão, Iamamoto apresenta um elemento fundamental na defesa deste significado que é a natureza contraditória da profissão. Retomando a citação da autora, ela preconiza que a profissão, por sua natureza contraditória, responde, pela mesma via, tanto aos interesses do capital, quanto aos interesses do trabalho, ou seja, da classe trabalhadora.

Considerando a natureza da profissão de Serviço Social e a natureza das políticas sociais, pode-se afirmar que ambas surgem, num determinado momento histórico de desenvolvimento do capitalismo monopolista, para dar respostas às demandas sociais postas na realidade (administradas pelo Estado burguês), expressões das desigualdades sociais e das relações sociais típicas do modo de produção capitalista. Sendo assim, responder às demandas sociais da classe trabalhadora (usuários dos serviços sociais), significa responder as suas necessidades de sobrevivência, no sentido de reprodução da força de trabalho. Desta forma, é preciso recuperar o significado dos serviços sociais (mediatizados através das políticas sociais), uma vez que os/as assistentes sociais atuam neste âmbito.

A função central dos serviços sociais é o de atuar na reprodução da força de trabalho, pois não é possível desconsiderar totalmente as condições de miserabilidade da classe trabalhadora, pois esta precisa ter o “mínimo de condições de existência” para poder, com sua força de trabalho, produzir mais valor. Sendo assim, o Estado, como parte integrante da ordem burguesa, uma instituição desenvolvida e comandada pela ordem

que o funda, garante os interesses da burguesia e estabelece uma relação dinâmica e articulada com esta, precisa responder às demandas sociais postas, intervindo nas relações entre o capital e a classe trabalhadora.

Nessa direção, atender às demandas da classe trabalhadora, via políticas sociais, é atender, de forma cada vez mais restrita e focalizada, as necessidades sociais para a sua sobrevivência, ou seja, para que continue sendo explorada, ao passo que produz a riqueza social, mas não usufrui de tal riqueza e sim continua a reproduzir a sua condição de classe trabalhadora. Considera-se que o atendimento destas necessidades de sobrevivência não significa atender os interesses da classe trabalhadora. É preciso se perguntar: a sobrevivência da classe trabalhadora interessa sobretudo aos trabalhadores? Ou interessa ao capital para reproduzir a força de trabalho? Outro questionamento a ser feito é sobre quais seriam, de fato, as necessidades da classe trabalhadora? Limitar esse “interesse/necessidade” dos trabalhadores à sua reprodução como trabalhador assalariado é extirpar o potencial revolucionário desta classe, resumindo-o à satisfação (sempre parcial) de suas necessidades de sobrevivência. Daí advém o apelo às reformas dentro do capitalismo, para amenizar a exploração e as desigualdades sociais: expressão de um reformismo.

Para sustentar a crítica à compreensão de que a profissão teria uma dimensão contraditória, busca-se a apropriação do significado da contradição para a teoria marxista.

Karl Marx (1859) construiu sua teoria, partindo de uma investigação da totalidade das relações de produção onde considerou que na produção social da sua vida os homens entram em determinadas relações necessárias, independentes da sua vontade. Relações de produção que correspondem “a uma determinada etapa de desenvolvimento das suas forças produtivas materiais” (MARX, 1859, p. 03). Assim, “a totalidade destas relações de produção forma a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se ergue uma superestrutura jurídica e política, e à qual correspondem determinadas formas de consciência social” (MARX, 1859, p. 03). Afirma, então, que o “modo de produção da vida material é que condiciona o processo da vida social, política e espiritual” (MARX, 1859, p. 03).

Partindo dessa premissa Marx (1859, p. 03) enfatizou a demonstração das

contradições internas do capital, evidenciando que, “numa certa etapa do seu desenvolvimento, as forças produtivas materiais da sociedade entram em contradição com as relações de produção existentes (...)”. Está dada então uma “época de revolução social” (MARX, 1859, p. 03). Ou seja, do conflito existente entre as forças produtivas e as relações de produção sociais, das contradições da vida material, nasce um novo modo de produção que implicará em novas condições econômicas de produção. Está posta aí a contradição que se explicita pela luta de classes, onde “as aspirações contraditórias nascem da diferença de situação e de condições de vida das classes em que se divide qualquer sociedade” (LENIN, 1986, p. 12) ou como escreveram Marx e Engels (1998, p. 4) no Manifesto do Partido Comunista: “a história de toda a sociedade até agora existente é a história de luta de classes”. As condições econômicas criam as contradições entre as classes antagônicas. Desta forma, “o método dialético busca captar a ligação, a unidade, o movimento que engendra os contraditórios, que os opõe, que faz com que se choquem, que os quebra ou os supera” (LEFEBVRE, 1979, p. 38).

No modo de produção capitalista, defrontam-se (pois são antagônicas) duas classes fundamentais: *a burguesia e o proletariado*. Diante disso, “a produção capitalista produz, com a mesma necessidade de um processo natural, sua própria negação. É a negação da negação” (MARX apud ENGELS, 2015, p. 164). Esta é a lei da unidade dos contraditórios. A contradição então, não existe no pensamento, mas nas coisas.

A unidade dos contrários não é apenas interpenetração conceitual dos termos ou dilaceramento ideal. É conflito, choque, relação viva na qual os contrários se produzem e se mantêm um e outro em sua própria luta, até a vitória de um deles ou até a mútua destruição – assim como a luta das espécies animais, das classes sociais, etc. A contradição deixa de ser uma relação definida logicamente, unívoca e ainda metafísica, para se tornar uma relação real, de que a dialética é a expressão e o reflexo. É um fato natural e histórico, que passa por fases e graus: latência, paroxismo, explosão, superação ou destruição (LEFEBVRE; GUTERMAN, 2011, p. 20)

Se existe contradição, então existe a possibilidade de sua superação. E, no modo de produção capitalista, assim como foi no modo anterior – o feudalismo, os germes desta superação já estão postos, dado que as classes que o fundamentam se opõem, se colocam em choque, em confronto, em luta pelo poder político. A contradição pressupõe destruição e superação.

A produção de conhecimento sobre a formação profissional em Serviço Social: as tendências explicativas sobre a profissão

O marxismo vê na luta de classes a última forma das lutas que ensanguentam a natureza biológica, a variedade última – e que deve ser superada – da contradição objetiva. Não é a contradição que é fecunda – fecundo é o movimento. E o movimento implica simultaneamente a unidade (a identidade) e a contradição: a identidade que se restabelece em um nível superior, a contradição sempre renascente na identidade. A contradição como tal é intolerável. As contradições estão em luta e em movimento até que elas próprias superem a si mesmas (LEFEBVRE; GUTERMAN, 2011, p. 25).

Em *A Sagrada Família*, Marx e Engels (1974, p. 53) reforçam a ideia de contradição, afirmando que o “proletariado e a riqueza são contrários. Como tal constituem uma totalidade. São ambas formações do mundo da propriedade privada”. A contradição está nas relações entre proletariado e burguesia que são duas classes fundamentais, sendo que o “proletariado é forçado, como proletariado, a abolir-se a si mesmo e ao mesmo tempo abolir o seu contrário do qual depende e que faz dele proletariado: a propriedade” (MARX e ENGELS, 1974, p. 53). Sendo assim, “constitui o lado negativo da contradição, a inquietação no seio da contradição, a propriedade privada dissolvida e dissolvendo-se” (MARX e ENGELS, 1974, p. 53). E nesta relação contraditória, de um lado encontra-se o proprietário privado que é a parte conservadora, e de outro, o proletário que é a parte destruidora. “Do primeiro emana a ação que mantém a contradição, do segundo, a ação que a aniquila” (MARX e ENGELS, 1974, p. 53).

Pela exposição, é possível considerar que a contradição é uma categoria inscrita no próprio real, nas relações entre as classes sociais e não depende das subjetividades e vontades dos sujeitos. Sendo assim, transplantá-la para o campo profissional, como sendo uma dimensão constitutiva da profissão, deforma ou “prostitui” o seu significado sócio histórico. A contradição explicita-se pela e na luta de classes, e o proletariado é o sujeito revolucionário, e não, como se tenta convencer, de que ela seja inerente a uma profissão, na condição desta de contrapor-se ao capital pelo seu “compromisso” com a classe trabalhadora, enquanto público atendido pelos serviços sociais. A contradição está na realidade e não em uma profissão.

Concorda-se de que é necessário atender às necessidades/demandas sociais dos/as trabalhadores/as, numa direção de afirmação de direitos e de ampliação de acesso às políticas sociais, mesmo reconhecimento seus limites estruturais alinhados à funcionalidade do capital. No entanto, potencializar esta intervenção como sendo

contraditória é, ao nosso ver, equivocada, pois desconsidera o caráter revolucionário da teoria marxiana e do potencial revolucionário do proletariado, reforçando uma perspectiva reformista ao delegar às políticas sociais e a uma profissão um papel de luta de classes. Nesse sentido é preciso analisar e repensar a tese de que o exercício profissional se atrela aos interesses da classe trabalhadora. Ora, o Serviço Social, como outras profissões, continuou a ser requisitado pelo mercado de trabalho para atender aos interesses do capital e a atuar no âmbito da reprodução da força de trabalho, através da prestação de serviços sociais, mediados pelas políticas sociais. O que tem de ação revolucionária nesta atuação? Atuar neste campo é estar conectado e comprometido com a classe trabalhadora? Ou melhor, quais os interesses da classe trabalhadora? O interesse fulcral da classe trabalhadora, enquanto classe consciente e organizada, é deixar de ser classe explorada, dominada e subsumida ao capital e, para isso, é preciso superar a ordem capitalista e não, ao contrário, fazer reformas para humanizar esse modo de produção.

Levantar a bandeira do compromisso com a classe trabalhadora, sem fazer as mediações necessárias, sem ter clareza do que significa ser um trabalhador assalariado, inscrito na divisão social do trabalho e atuante no campo das políticas sociais, sem evidenciar os limites profissionais e institucionais, é defender um voluntarismo ingênuo. Concorde-se com Colmán et al (1986, p. 148) que o “interesse autêntico da classe trabalhadora de destruição do regime capitalista e a construção de uma sociedade sem classes metamorfoseou-se, pelas mãos do Serviço Social, na reorganização da sociedade”. É preciso combater o teor de policitismo que se espraia em nome da teoria marxiana, deslocando a centralidade da economia para a centralidade da política.

CONCLUSÃO

Diante da exposição apresentada, reforça-se a preocupação em ampliar as pesquisas e estudos sobre a temática da formação profissional. Embora tenha ocorrido um aumento, no âmbito da produção de conhecimento e nos debates profissionais, considera-se necessário fomentar pesquisas e estudos que tenham como objeto o processo formativo dos/as assistente sociais no Brasil, ressaltando a indissociabilidade entre formação e trabalho profissional. Esta preocupação decorre do levantamento

bibliográfico realizado, o qual indica que apenas 6,99% das publicações nas dez revistas selecionadas no período de 2000 a 2017 versam sobre a formação profissional.

Outro destaque a se fazer diz respeito aos artigos que apresentaram uma concepção de profissão. Do total de publicações que discutiram a formação profissional, 26,86% apresentam uma concepção de profissão. Há uma tendência de discutir a formação profissional, sem partir de uma concepção de profissão.

Das tendências identificadas sobre a concepção de profissão, há uma predominância de duas, quais sejam: 1) emergência e institucionalização da profissão, tendo como autor de referência, José Paulo Netto, com destaque da obra, “Capitalismo Monopolista e Serviço Social”, publicada em 1992; 2) inserção na divisão social e técnica do trabalho e significado social da profissão, tendo como autora de referência, Marilda lamamoto, com destaque da obra “Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica”, publicada em 1983.

Diante do exposto, considera-se que a profissão vem sendo apresentada e discutida tendo por referência as produções das décadas de 1980 e 1990 do século passado, que dão ênfase às determinações sócio históricas, ao estatuto de assalariamento e ao significado social da profissão.

No entanto, apesar de se considerar fundamental esse quadro referencial para não destituir a profissão das determinações históricas, políticas, sociais e econômicas, entende-se necessário também, analisar e interpretar a profissão pela sua natureza interventiva, situando como essa profissão vem respondendo às demandas sociais, quais as competências, requisições e atribuições profissionais, as condições objetivas e subjetivas, as mudanças no mundo do trabalho e os impactos no trabalho profissional, os desafios que se colocam à profissão e as perspectivas que se projetam.

Os dados apresentados neste artigo, considerando a fase inicial das pesquisas construídas pelos dois grupos de pesquisa, revelaram um aspecto a ser estudado sobre a formação profissional, através da revisão de literatura. No entanto, discutir, problematizar e aprofundar os estudos sobre a temática em questão exige uma aproximação com a realidade concreta em que a formação se desenvolve.

Os artigos selecionados para a pesquisa, foram majoritariamente oriundos de revisão de literatura, não apresentando uma interlocução com os sujeitos envolvidos na

formação profissional (docentes, discentes, profissionais). Considera-se fundamental esta aproximação com os sujeitos, tomando como referência as condições objetivas e subjetivas em que se inscreve a formação profissional.

REFERÊNCIAS

BRASIL, Ministério da Educação. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Relatório da Avaliação Quadrienal 2017- Serviço Social. Brasília, DF, 2017.

Diretórios dos Grupos de Pesquisa no Brasil. Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.- CNPQ. Disponível em: < <http://lattes.cnpq.br/web/dgp>>. Acesso em jun.2018.

CARVALHO, Raul de; IAMAMOTO, Marilda. Relações sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 29ª edição. São Paulo : Cortez, 2007.

COLMÁN DUARTE, Evaristo Emigdio; COLOMBANI, Leila Maria Forte; FONSECA, Maria de Lourdes do Carmo; LEONI, Tania; VIDAL, Violeta Lourdes Amaro. E Afinal, o que é Serviço Social? **Revista Serviço Social e Sociedade**, nº 20, Ano VII, abril de 1986. São Paulo: Cortez. ENGELS. F. Anti-Dühring. São Paulo: Boitempo, 2015.

IAMAMOTO, Marilda. Renovação e conservadorismo no Serviço Social: ensaios críticos. 9ª edição. São Paulo : Cortez, 2007.

LEFEVRE, Henri. Lógica formal/lógica dialética. 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

LENIN, V. I. **Obras escolhidas**. 2ª edição. Tomo 1. São Paulo: Alfa-Omega, 1986.

MARX, Karl.**Para a Crítica da Economia Política**. Janeiro de 1859. Transcrição autorizada. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/marx/1859/01/prefacio.htm>. Acesso em 20 de fevereiro de 2016.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A Sagrada Família ou crítica da crítica crítica**: contra Bruno Bauer e consortes. Trad: Fiama H.P. Brandão/ João Paulo Casquilho/ José Bettencourt. 2 a ed. Lisboa: Presença/ Martins Fontes, 1974.

_____. **Manifesto do Partido Comunista**. São Paulo, Cortez, 1998.

NETTO, José Paulo. Capitalismo monopolista e Serviço Social. 8ª edição. São Paulo : Cortez, 2011.